

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAPORANGA**

**DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR  
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 003/2024**

### **I - DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **001 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 003/2024 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAPORANGA.

### **II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS**

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

## **Questão 27**

**Improcedem as alegações do recorrente.**

- a) eSFs, eSBs, eCRs e NASF-AB. – Incorreta: O NASF-AB é uma equipe de apoio, não é considerado equipe própria da AB na PNAB.
- b) eSFs, eSBs, Equipes de UPA e NASF-AB. – Incorreta: Equipes de UPA não fazem parte da Atenção Básica, e sim da urgência e emergência.
- c) eCRs, eSBs, Equipes de Enfermagem de Emergência e Equipes Ribeirinhas. – Incorreta: “Equipes de Enfermagem de Emergência” não existem na PNAB.

FONTES: PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. 3.5 - EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA PARA POPULAÇÕES ESPECÍFICAS: a. Equipe de Saúde da Família Ribeirinha (eSFR), Equipes de Saúde da Família Fluviais (eSFF), 1 - Equipe de Consultório na Rua (eCR), 1 - Equipe de Atenção Básica Prisional (eABP).

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 29

**Improcedem as alegações do recorrente.**

A questão fala em antropozoonose, também chamada de tripanossomíase americana, com transmissão pelo triatomíneo (barbeiro). Evolui em fase aguda (assintomática ou sintomática) e fase crônica (formas: indeterminada, cardíaca, digestiva e cardiodigestiva). O agente etiológico é o *Trypanosoma cruzi*. todas essas características correspondem à Doença de Chagas.

Guia de vigilância em saúde: volume 2 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde e Ambiente. – 6. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2023. A doença de Chagas (DC) é uma antropozoonose de elevada prevalência e expressiva morbimortalidade, também conhecida como tripanossomíase americana. Apresenta curso clínico bifásico, composto por uma fase aguda (cl clinicamente aparente ou não) e uma fase crônica, que pode se manifestar nas formas indeterminada, cardíaca, digestiva ou cardiodigestiva. Representa uma condição crônica que integra o grupo de Doenças Tropicais Negligenciadas da Organização Mundial da Saúde, fortemente associadas à vulnerabilidade social (WHO, 2021). MODOS DE TRANSMISSÃO O vetor (triatomíneo), ao se alimentar de mamíferos infectados com elevada parasitemia, pode se infectar e, ao se alimentar novamente, infecta outro mamífero, inclusive o ser humano.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

### III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XIV do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 24 de setembro de 2025.

**INSTITUTO CONSULPAM**

---

Instituto CONSULPAM Consultoria Público-Privada  
Tel: (85) 3224-9369/3239-4402 – Av. Evilásio Almeida Miranda, 280 – Edson Queiroz  
CEP: 60.834-486 – Fortaleza-CE. CNPJ: 08.381.236/0001-27

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAPORANGA**

**DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR  
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 003/2024**

### **I - DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **002 – AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 003/2024 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAPORANGA.

### **II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS**

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

## **Questão 24**

### **Improcedem as alegações do recorrente.**

A Saúde do Trabalhador é uma área estratégica da saúde pública e parte integrante do campo da Saúde Coletiva, com foco na promoção da saúde e na prevenção de agravos relacionados às condições de trabalho. Reconhecendo o trabalho como determinante social da saúde, essa área busca assegurar a atenção integral à saúde da população trabalhadora em seus diversos contextos. Por meio de ações integradas de Vigilância em Saúde, com destaque para a Vigilância Epidemiológica, o Sistema Único de Saúde (SUS) atua na identificação, monitoramento e enfrentamento de riscos e agravos à saúde decorrentes dos ambientes, processos e relações de trabalho, em todo o território nacional. Fundamentada nos princípios da universalidade, integralidade, equidade, intersetorialidade e participação social, a política de Saúde do Trabalhador reafirma o direito de todos os trabalhadores e trabalhadoras à saúde, independentemente da natureza do vínculo empregatício ou da formalidade da ocupação. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador devem promover ambientes de trabalho seguros, saudáveis e humanizados, bem como contribuir para a prevenção de doenças e agravos, a promoção do bem-estar físico, mental e social, e a garantia da dignidade no trabalho.

ASSUNTO: Saúde do Trabalhador

FONTES: Saúde do Trabalhador. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/saude-do-trabalhador>

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 25

**Improcedem as alegações do recorrente.**

Teníase / Cisticercose

Como devem ser as condutas dos agentes públicos com o público externo?

- Respeito aos valores, às necessidades e às boas práticas da comunidade, contribuindo para a construção e a consolidação de uma consciência cidadã.
- Proceder/atuar com agilidade, presteza, qualidade, urbanidade e respeito, fornecendo informações claras e confiáveis, devendo atuar de modo a harmonizar as relações entre o cidadão e o Ministério da Saúde.
- Evitar interrupções por razões alheias ao atendimento ao cidadão.
- Manter clareza de posições e decoro, com vistas a motivar respeito e confiança junto ao público em geral.
- Orientar e encaminhar corretamente o cidadão quando o atendimento precisar ser realizado em outra unidade ou órgão da Administração Pública.

FONTE: Noções de ética e cidadania.

Disponível

em:

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_conduta\\_etica\\_ministerio\\_saude.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_conduta_etica_ministerio_saude.pdf)

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 29

**Improcedem as alegações do recorrente.**

Vacinação antirrábica canina e felina:

O Programa Nacional de Profilaxia da Raiva (PNPR), criado em 1973, implantou a vacinação antirrábica canina e felina em todo o território nacional, entre outras ações. Essa atividade foi uma das principais ferramentas para o decréscimo nos casos de raiva naqueles animais e, com isso, permitiu um controle da raiva urbana no país. Na série histórica de 1999 a 2024, o Brasil saiu de 1.200 para 8 casos no ano de 2024.

FONTES: Raiva: noções sobre a doença, vacinação antirrábica animal, controle de morcegos em áreas urbanas.

Disponível

em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/r/raiva/raiva-animal>

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 30

### Improcedem as alegações do recorrente.

A população deve ser a principal parceira em um programa de controle de roedores. Deverá receber, portanto, de forma organizada e continuada, as informações sobre procedimentos e atitudes que inviabilizem a livre proliferação de roedores em seus domicílios e peridomicílios e dos resultados obtidos pelo programa. A forma mais inadequada e onerosa de combater roedores é a realização de campanhas de desratização em períodos críticos, só pela aplicação de raticidas. A determinação da área de controle deverá privilegiar sempre a implantação do sistema como um todo, evitando a pulverização de recursos que impedirá a consolidação dos resultados a serem alcançados. As ações estratégicas para o controle de roedores podem envolver: a) A comunidade, a população, as instituições governamentais e particulares que atuam direta ou indiretamente na área de zoonoses e meio ambiente, devem participar desde o início do processo de implantação, execução até a avaliação das ações de controle de roedores.

b) A sociedade civil organizada - diversos problemas sanitários ultrapassam a esfera de ação do setor saúde, demandando ações entre o setor saúde e outros setores do governo (hospitais, laboratórios, centros de vigilância epidemiológica, secretarias de saúde, centros de zoonoses, IBGE), entidades privadas, sociedades organizadas (sindicatos, associações, conselhos, igrejas, movimentos da sociedade civil, ONG's), prefeituras, secretaria de obras do município ou região, urbanismo, planejamento ou similares, autoridades que detêm o poder decisório nas organizações ou capacidade de influir nas decisões, além dos mais diversos segmentos da sociedade, que atuam direta ou indiretamente na área de zoonoses e meio ambiente na busca de melhores condições ambientais, de saúde e vida.

c) Os meios de comunicação - é imprescindível identificar e buscar as fontes oficiais e não oficiais de informação e divulgação. A produção e a disponibilização dos conhecimentos, a criação de um canal de acesso das informações de forma simplificada para serem assimiladas e apropriadas, tanto pelos que lideram as políticas públicas como pela população, têm enorme importância para que possam agir no sentido da redução dos riscos de adoecer, na boa gestão ambiental e na formação da consciência pública.

FONTE: Roedores / Leptospirose: controle de roedores em áreas urbanas; leptospirose: sintomas, transmissão, prevenção.

Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/zoonose/manual-de-controle-de-roedores.pdf/view>

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 33

### Impedem as alegações do recorrente.

A questão 33 foi elaborada de acordo com o assunto “Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde”, presente no Edital, e falava que ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS Sistema Único de Saúde, são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no artigo 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda à qual ao princípio.

Foi utilizada como referência para a sua elaboração a publicação “SUS – A Saúde no Brasil” publicada no site do Centro Cultural do Ministério da Saúde, hospedado no website do gov.br e disponível em: < <http://www.ccs.saude.gov.br/sus/principios.php>>.

Segundo essa publicação, e, conforme extraído dela e reproduzido abaixo tem-se que: Alternativa a) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis disponíveis. Segundo a referência bibliográfica utilizada e conforme reproduzido abaixo (extraído dessa referência) “Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis disponíveis” não configura um princípio que integra o SUS Sistema Único de Saúde, portanto, não responde à questão. Alternativa INCORRETA.

Alternativa b) Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e intermitente das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema. Segundo a referência bibliográfica utilizada e conforme reproduzido abaixo (extraído dessa referência) “Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e intermitente das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema” não configura um princípio que integra o SUS Sistema Único de Saúde, portanto, não responde à questão. Alternativa INCORRETA.

Alternativa c) Preservação da autonomia das pessoas no direito de sua integridade física e moral. Segundo a referência bibliográfica utilizada e conforme reproduzido abaixo (extraído dessa referência) “Preservação da autonomia das pessoas no direito de sua integridade física e moral” não configura um princípio que integra o SUS Sistema Único de Saúde, portanto, não responde à questão. Alternativa INCORRETA.

Alternativa d) Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie. Segundo a referência bibliográfica utilizada e conforme reproduzido abaixo (extraído dessa referência) “Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie” configura um princípio que integra o SUS Sistema Único de Saúde, portanto, responde à questão. Alternativa CORRETA.

Não há motivo para anulação, nem mudança de alternativa de gabarito. Questão permanece com a mesma opção de gabarito divulgado oficialmente.

### Gabarito mantido.

### INDEFERIDO

## Questão 35

**Improcedem as alegações do recorrente.**

A questão 35 foi elaborada de acordo com o assunto “Meio ambiente e saneamento”, presente no Edital, e pedia para assinalar a alternativa que CORRETAMENTE traz uma das principais diretrizes do Marco Legal do Saneamento.

Foi utilizada como referência para a sua elaboração a publicação “Marco Legal do Saneamento” publicada no site do Ministério das Cidades, hospedado no website do gov.br e disponível em: < <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/saneamento/marco-legal-do-saneamento>>.

Segundo essa publicação, e, conforme extraído dela e reproduzido abaixo tem-se que: Alternativa a) Uniformização do acesso aos serviços. Segundo a referência bibliográfica utilizada e conforme reproduzido abaixo (extraído dessa referência) “Uniformização do acesso aos serviços” não configura uma das principais diretrizes do Marco Legal do Saneamento, portanto, não responde à questão. Alternativa INCORRETA.

Alternativa b) Universalização da regulação do setor.

Segundo a referência bibliográfica utilizada e conforme reproduzido abaixo (extraído dessa referência) “Universalização da regulação do setor” não configura uma das principais diretrizes do Marco Legal do Saneamento, portanto, não responde à questão. Alternativa INCORRETA.

Alternativa c) Prestação hierarquizada e governança interfederativa.

Segundo a referência bibliográfica utilizada e conforme reproduzido abaixo (extraído dessa referência) “Prestação hierarquizada e governança interfederativa” não configura uma das principais diretrizes do Marco Legal do Saneamento, portanto, não responde à questão. Alternativa INCORRETA.

Alternativa d) Formalização dos contratos.

Segundo a referência bibliográfica utilizada e conforme reproduzido abaixo (extraído dessa referência) “Formalização dos contratos” configura uma das principais diretrizes do Marco Legal do Saneamento, portanto, responde à questão. Alternativa CORRETA.

Não há motivo para anulação, nem mudança de alternativa de gabarito. Questão permanece com a mesma opção de gabarito divulgado oficialmente.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 38

### Improcedem as alegações do recorrente.

Eixos operacionais: Eixos operacionais são estratégias para concretizar ações de promoção da saúde, respeitando os valores, os princípios, os objetivos e as diretrizes da PNPS.

I. Territorialização: A regionalização é uma diretriz do SUS e um eixo estruturante com o fim de orientar a descentralização das ações e dos serviços de saúde e de organizar a Rede de Atenção à Saúde. O processo de regionalização considera a abrangência das regiões de saúde e sua articulação com os equipamentos sociais nos territórios. Também observa as pactuações interfederativas, a definição de parâmetros de escala e de acesso e a execução de ações que identifiquem singularidades territoriais para o desenvolvimento de políticas, programas e intervenções, ampliando as ações de promoção à saúde e contribuindo para fortalecer as identidades regionais.

II. Articulação e cooperação intrasetorial e intersetorial: Compartilhamento de planos, de metas, de recursos e de objetivos comuns entre os diferentes setores e entre diferentes áreas do mesmo setor.

III. Rede de Atenção à Saúde: Transversalizar a promoção na Rede de Atenção à Saúde, favorecendo práticas de cuidado humanizadas, pautadas nas necessidades locais, na integralidade do cuidado, articulando-se com todos os equipamentos de produção da saúde do território, como atenção básica, redes prioritárias, vigilância em saúde, entre outros. Articular a Rede de Atenção à Saúde com as demais redes de proteção social, vinculando o tema a uma concepção de saúde ampliada, considerando o papel e a organização dos diferentes setores e atores que, de forma integrada e articulada, por meio de objetivos comuns, atuem na promoção da saúde.

IV. Participação e controle social: Ampliação da representação e da inclusão de sujeitos na elaboração de políticas públicas e nas decisões relevantes que afetam a vida dos indivíduos, da comunidade e dos seus contextos.

V. Gestão: Priorização de processos democráticos e participativos de regulação e controle, de planejamento, de monitoramento, de avaliação, de financiamento e de comunicação.

VI. Educação e formação: Incentivo à atitude permanente de aprendizagem sustentada em processos pedagógicos problematizadores, dialógicos, libertadores, emancipatórios e críticos.

VII. Vigilância, monitoramento e avaliação: Utilização de múltiplas abordagens na geração e na análise de informações sobre as condições de saúde de sujeitos e de grupos populacionais para subsidiar decisões, intervenções, e para implantar políticas públicas de saúde e de qualidade de vida.

VIII. Produção e disseminação de conhecimentos e saberes: Estímulo a uma atitude reflexiva e resolutiva sobre problemas, necessidades e potencialidades dos coletivos em cogestão, compartilhando e divulgando os resultados, de maneira ampla, com a coletividade.

IX. Comunicação social e mídia: Uso das diversas expressões comunicacionais, formais e populares para favorecer a escuta e a vocalização dos distintos grupos envolvidos, contemplando informações sobre o planejamento, a execução, os resultados, os impactos, a eficiência, a eficácia, a efetividade e os benefícios das ações.

FONTE: Promoção da saúde: conceitos e estratégias. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)  
Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_promocao\\_saude.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf)

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 39

**Improcedem as alegações do recorrente.**

A questão 39 foi elaborada de acordo com o assunto “Formas de aprender e ensinar em educação popular”, presente no Edital, e pedia para assinalar a alternativa que contém CORRETAMENTE um dos princípios fundamentais da Educação Popular em Saúde (EPS).

Foi utilizada como referência para a sua elaboração o material “Política Nacional de Educação Permanente e Política Nacional de Educação Popular em Saúde” publicado pelo Ministério da Saúde e disponível em: <  
[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano\\_nacional\\_educacao\\_permanente\\_popular.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_nacional_educacao_permanente_popular.pdf)>.

Segundo essa publicação, e, conforme extraído dela e reproduzido abaixo tem-se que: Alternativa a) Universalização. Segundo a referência bibliográfica utilizada e conforme reproduzido abaixo (extraído dessa referência) “Universalização” não configura um princípio fundamental da Educação Popular em Saúde, portanto, não responde à questão. Alternativa INCORRETA.

Alternativa b) Participação popular.

Segundo a referência bibliográfica utilizada e conforme reproduzido abaixo (extraído dessa referência) “Participação popular” não configura um princípio fundamental da Educação Popular em Saúde, portanto, não responde à questão. Alternativa INCORRETA.

Alternativa c) Integridade.

Segundo a referência bibliográfica utilizada e conforme reproduzido abaixo (extraído dessa referência) “Integridade” não configura um princípio fundamental da Educação Popular em Saúde, portanto, não responde à questão. Alternativa INCORRETA.

Alternativa d) Empoderamento.

Segundo a referência bibliográfica utilizada e conforme reproduzido abaixo (extraído dessa referência) “Empoderamento” configura um princípio fundamental da Educação Popular em Saúde, portanto, responde à questão. Alternativa CORRETA.

Não há motivo para anulação, nem mudança de alternativa de gabarito. Questão permanece com a mesma opção de gabarito divulgado oficialmente.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 40

**Improcedem as alegações do recorrente.**

A questão 40 foi elaborada de acordo com o assunto “Indicadores de Saúde”, presente no Edital, e pedia para assinalar a alternativa que apresenta um indicador socioeconômico básico para a saúde no Brasil.

Foi utilizada como referência para a sua elaboração o arquivo “Indicadores básicos para a saúde no Brasil: Conceitos e Aplicações” publicado pela Organização Pan-Americana da Saúde e disponível em:  
<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf>

Alternativa a) Esperança de vida ao nascer.

Segundo a referência bibliográfica utilizada e conforme reproduzido abaixo (extraído dessa referência) “Esperança de vida ao nascer” é um indicador de saúde do tipo demográfico, portanto, não responde à questão. Alternativa INCORRETA.

Alternativa b) Grau de urbanização.

Segundo a referência bibliográfica utilizada e conforme reproduzido abaixo (extraído dessa referência) “Grau de urbanização” é um indicador de saúde do tipo demográfico, portanto, não responde à questão. Alternativa INCORRETA.

Alternativa c) Razão de sexos.

Segundo a referência bibliográfica utilizada e conforme reproduzido abaixo (extraído dessa referência) “Razão de sexos” é um indicador de saúde do tipo demográfico, portanto, não responde à questão. Alternativa INCORRETA.

Alternativa d) Taxa de analfabetismo.

Segundo a referência bibliográfica utilizada e conforme reproduzido abaixo (extraído dessa referência) “Taxa de analfabetismo” é um indicador de saúde do tipo socioeconômico, portanto, responde à questão. Alternativa CORRETA.

Não há motivo para anulação, nem mudança de alternativa de gabarito. Questão permanece com a mesma opção de gabarito divulgado oficialmente.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

### III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XIV do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 24 de setembro de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM